

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2026/19301	29087/2026	Proposta à Câmara Municipal
Assunto do Processo		
Proposta à Câmara Municipal - Licenciamento de obras de edificação(alteração à licença) - Cortinhas ou Souto da Cal, lote B3, União das Freguesias de Crespos e Pousada		
Unidade Administrativa		
DU - [INTERNO]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



DESPACHO

Processo: 46550/2025

Resolução com número e data apresentados na margem

Procedimento: Licenciamento de obras de edificação - Arquitetura - #G0190#

Assunto do Processo: Licenciamento de obras de edificação - 1/2022/3729/0 - LUGAR DE CORTINHAS OU SOUTO DA CAL, lote B3 Crespos

Presidente da Câmara Municipal de Braga.

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

O deferimento do pedido de Alteração de Licença de Edificação;

Que se notifique o requerente das seguintes condições, do pedido que deu entrada através do requerimento sob o registo n.º 2026-E-RE-10010 de 23/03/2026, deverá o processo ser enviado para o serviço de taxas, para liquidação do alvará de legalização.

Nos termos do n.º 1, do artigo 74.º da redação em vigor do RJUE, dever-se-á informar o requerente que o recibo de pagamento das taxas legalmente devidas, constitui condição de eficácia da licença.

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2026/18724 de 1 de Junho de 2026.

RESOLUÇÃO

Proceda-se nos termos da informação técnica que fundamenta a Admissão da Comunicação Prévia de alterações ao projeto de arquitetura (durante a execução da obra).

Despachos

- A 31/05/2026, Rita Joaquina Matias da Silva de Sousa Freire, na qualidade de Diretor de Departamento: "Concordo. Propõe-se a admissão da comunicação prévia dos termos da informação."

Município de Braga, à data da assinatura eletrónica.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



PROCESSO: 46550/2025

REGISTO DE ENTRADA: 2026-E-RE-10010

LOCAL DA OBRA: Cortinhas ou Souto da Cal, lote B3, União das Freguesias de Crespos e Pousada

ASSUNTO: Licenciamento de obras de edificação - Arquitetura

1. PRETENSÃO E CONTROLO PRÉVIO APLICÁVEL

- 1.1. A requerente, através do requerimento registado com o n.º 2026-E-RE-10010 de 23/03/2026 apresenta documentação, “com junção de elementos” que visa dar resposta ao despacho 2026 5531 de 25/03/2026, referente ao pedido de alteração à licença de edificação da obra de construção de uma moradia unifamiliar, sito em Cortinhas ou Souto da Cal, lote B3, União das Freguesias de Crespos e Pousada, que incide sobre o prédio descrito na 1.ª Conservatória do Registo Predial de Braga sob o n.º 455/20051011, inscrito na matriz de natureza urbana sob o artigo n.º 598.
- 1.2. A operação urbanística enquadra-se na alínea d) do n.º 4 do artigo 4.º, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.

2. ANTECEDENTES:

- 2.1. Relativamente ao local da pretensão identificaram-se os seguintes antecedentes processuais:
- Alvará de Licença de Obras de Construção n.º 27/2024, de 15 de janeiro, pelo prazo de 24 meses

3. INSTRUÇÃO DO PROCESSO:

- 3.1. A presente comunicação prévia de obras de edificação encontra-se devidamente instruída, de acordo com informação técnica da Divisão de Procedimentos Urbanísticos.

4. ENQUADRAMENTO

- 4.1. Cumpre as prescrições definidas no Alvará de Loteamento n.º 37/2005.
- 4.2. Apresentam-se alterações durante a execução de obras ao Processo N.º 1/2021/3691.
- 4.3. Trata-se de projeto de alterações efetuadas em obra. Alterações na disposição dos espaços interior fachada nomeadamente nos materiais e dimensão de vãos, bem como abertura de vãos no espaço destinado a garagem.

5. ANÁLISE REGULAMENTAR:

- 5.1. A declaração de responsabilidade do autor dos projetos, nos termos do n.º 8 do art.º 20.º do RJUE, no que diz respeito aos aspetos interiores, constitui garantia bastante do cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, excluindo a sua apreciação prévia.



- 5.2. O Plano de Acessibilidades, conforme previsto no Decreto-Lei n.º 163/2006 de 8 de agosto, está acompanhado de termo de responsabilidade do seu autor a atestar a conformidade da execução da operação urbanística com o Decreto e demais normas legais e regulamentares aplicáveis, o que dispensa a Câmara da sua apreciação prévia, nos termos do artigo 3º, n.º 2, da redação em vigor do referido diploma
- 5.3. Conforme previsto na alínea a) do número 5 do Artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 101-D/2020, de 7 de dezembro, a verificação dos requisitos mínimos de desempenho energético relativos às componentes da envolvente opaca e da envolvente envidraçada, definidos no projeto de arquitetura, é assegurada pelo técnico autor do Projeto de Arquitetura.
- 5.4. O coordenador de projeto deverá assegurar os deveres enunciados no Artigo 9.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, alterada pela Lei n.º 40/2015 de 1 de junho, com a especial relevância na compatibilização dos projetos da engenharia das especialidades com a imagem exterior proposta no projeto de arquitetura, quer na utilização de processos construtivos, quer na integração de equipamentos.
- 5.5. Deverá ainda ser cumprido o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 6 de abril, na sua redação atual, diploma que disciplina o serviço de recetáculos postais e estabelece as normas a observar na sua instalação, utilização e conservação.
- 6. PROPOSTA DE DECISÃO:**
- 6.1. Face ao atrás exposto propõe-se:
- 6.2. O deferimento do pedido de Alteração de Licença de Edificação;
- 6.3. Que se notifique o requerente das seguintes condições, do pedido que deu entrada através do requerimento sob o registo n.º 2026-E-RE-10010 de 23/03/2026, deverá o processo ser enviado para o serviço de taxas, para liquidação do alvará de legalização.
- 6.4. Nos termos do n.º 1, do artigo 74.º da redação em vigor do RJUE, dever-se-á informar o requerente que o recibo de pagamento das taxas legalmente devidas, constitui condição de eficácia da licença.

DOCUMENTO ASSINADO ELECTRONICAMENTE

